

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2018
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 11
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12 - 15
Balanço patrimonial	16
Demonstração de resultado	17
Demonstração do resultado abrangente	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21 - 59

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. – (CCR SPVias) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A CCR Companhia está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A Companhia administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 83 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do estado de São Paulo e o estado do Paraná.

A Companhia conta com 697 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 900 mil habitantes.

A Companhia desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2018

Destaques financeiros

- Captação de Debêntures no valor de R\$ 1.100 a 115% do CDI.

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2018 foram constatadas 15 mortes, ou seja, uma redução de 67% no número de mortes.

Em 2018, foi iniciado o ciclo de intervenções de pavimento nas rodovias, as obras são de duração de dois anos fevereiro de 2018 a fevereiro de 2020.

- SP258 - km 222+800 ao km 342+670 - 4ª Intervenção - Capão Bonito / Itararé;
- SP270 - km 115+500 ao km 158+400 - 3ª Intervenção - Araçoiaba da Serra / Itapetininga;

- SP280 - km 129+600 ao km 315+030 - 4ª Intervenção - Tatuí / Santa Cruz do Rio Pardo.

As obras listadas abaixo, serão entregues em fevereiro/2019.

- SP127 - km 158+300 ao km 213+150 - 3ª Intervenção - Itapetininga / Capão Bonito;
- SP270 - km 158+500 ao km 168+210 - 2ª Intervenção – Itapetininga.

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. José Salim Kallab Fraiha, enquanto o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Fábio Russo Corrêa. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Guardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Na busca constante em capacitar seus colaboradores a Companhia investiu em vários treinamentos via *Web* e presencial treinando 650 funcionários ao longo do ano de 2018.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A Companhia acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

3.2 Desempenho

Em R\$ mil	2018	2017	Var. %
Receita líquida	623.199	672.501	-7%
Receita de pedágio	646.599	641.447	0,8%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	31.221	84.091	-63%
Outras receitas	3.276	3.079	6%
(-) Deduções da receita bruta	57.897	56.116	3%
(-) Custos e despesas (a)	356.237	386.507	-8%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	31.221	84.091	-63%
Demais custos e despesas	325.016	302.416	7%
(-) Resultado Financeiro líquido	95.447	272.819	-65%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	31.138	60.568	-49%
Lucro líquido	140.377	(47.393)	396%
(+) Resultado Financeiro líquido	95.447	272.819	-65%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	31.138	60.568	-49%
EBIT (b)	266.962	285.994	-7%
Margem EBIT	42,84%	42,53%	0,53 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	45,10%	48,60%	2,28 p.p.
(+) Depreciação/amortização	133.415	117.331	14%
EBITDA (b)	400.377	403.325	-1%
Margem EBITDA	64,25%	59,97%	0,63 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	46.453	50.614	-8%
EBITDA ajustado	446.830	453.939	-2%
Margem EBITDA ajustada (e)	75,48%	77,15%	0,01 p.p.
Dívida bruta	1.369.138	1.345.410	1,76%
Investimentos	135.820	104.548	30%
Veículos equivalentes (em milhares)	62.264	63.895	-2,55%

- (a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais;
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/12. O EBIT é calculado por: lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido. O EBITDA é calculado por: lucro líquido atribuído aos controladores (e que não inclui a parcela do resultado atribuída aos não controladores) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações;
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixas: provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25. A margem EBITDA ajustada também exclui a receita de construção do seu cálculo. A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do CPC, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

3.2.1 Receita operacional

A Receita de pedágio totalizou em 2018 R\$ 646.599 (+0,8% sobre 2017) e representou 99,49% do total da Receita (sem Receita de Construção), impactada pela queda de -2,55% de eixos equivalentes sobre 2017, e da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 2,85% na comparação com o ano anterior.

3.2.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram uma redução de 7,83% em relação a 2017, perfazendo R\$ 356.237 no ano de 2018. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 31.221, redução de 62,87% em relação a 2017 em decorrência do término da Duplicação do trecho urbano de Avaré e da Implantação de via marginal de acesso às indústrias no trecho urbano de Tatuí;
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 46.453 e apresentou uma redução de 8,22% em 2018, em relação ao ano de 2017. Isto ocorreu devido à revisão das estimativas de custos com manutenção;
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 133.415 no ano de 2018. O crescimento de 13,71% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação;
- O custo de outorga atingiu R\$ 10.478. O aumento de 0,93% deve-se ao comportamento da receita;
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 65.949 no ano de 2018, um aumento de 30,06%, devido aos serviços de conservação da rodovia e gestão de obras;
- O custo com pessoal atingiu R\$ 44.932 no ano de 2018, registrando uma redução de 0,54% quando comparado com o ano de 2017. Essa redução deve-se, principalmente, a otimização no quadro de colaboradores;
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram uma redução de 15,69% e atingiram R\$ 23.789 no ano de 2018. Essa redução deve-se, principalmente, nas contas de Energia Elétrica (substituição de iluminação convencional por Led e campanhas de conscientização), Telefonia, Dados de Internet, Combustíveis (substituição por veículos mais econômicos), além de Manutenção de Equipamentos e Acessórios.

3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2018, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 95.447 comparado a um resultado negativo de R\$ 272.819 em 2017. A redução de 65,01% ocorreu devido a Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) relacionado a tributos federais, no exercício de 2017.

3.2.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 140.377 atingindo um aumento de 396,18% quando comparado ao ano anterior e esse resultado está principalmente relacionado aos efeitos da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) referente a tributos federais.

3.2.5 Dívidas

No ano de 2018 a dívida bruta alcançou R\$ 1.369.138 em comparação a R\$ 1.345.410 em 2017.

Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representa 100% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representa 84,01%.

O aumento da dívida foi devido a renegociação por taxas menores e prazo estendido.

3.2.6 Investimentos

A Companhia investiu cerca de R\$ 135.820 em 2018, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP-270 – Rodovia Raposo Tavares

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 158+500 ao km 168+210 - 2ª Intervenção – Itapetininga;
- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 115+500 ao km 158+400 - 3ª Intervenção - Araçoiaba da Serra / Itapetininga;
- Programa de recapeamento de trevos;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 117+900, km 122+350, km 129+250, km 133+500, km 134+250, km 136+100, km 146+000, km 157+700, km 158+400, km 161+470, km 163+100, km 164+750, km 165+580 e km 166+530.

SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 222+800 ao km 342+670 - 4ª Intervenção - Capão Bonito / Itararé;
- Programa de recapeamento de trevos 3ª Intervenção;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 263+580, km 288+070 e km 295+220.

SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 158+300 ao km 213+150 - 3ª Intervenção - Itapetininga / Capão Bonito;
- Programa de recapeamento de trevos 2ª Intervenção;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 113+720, km 113+830, km 137+000, km 162+000, km 163+750, km 168+300, km 170+600 e km 184+200.

SP-280 – Rodovia Castelo Branco

- Programa de recuperação do pavimento da rodovia - km 129+600 ao km 315+030 - 4ª Intervenção - Tatuí / Santa Cruz do Rio Pardo;
- Programa de recapeamento de trevos 3ª Intervenção;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais – km 136+270, km 143+195, km 162+150, km 173+845, km 198+145, km 206+255, km 210+500, km 210+530, km 233+670, km 241+500, km 266+030, km 281+900 e km 282+740.

4. Sustentabilidade

A gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais é estratégica para o Grupo CCR, pois viabiliza a operação e melhoria das concessões de infraestrutura com respeito total às pessoas e cuidado com o meio ambiente. Com um portfólio diversificado de modais administrados, a companhia evolui e reforça a sua capacidade de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Em sua estrutura de governança, o Grupo CCR conta com o Comitê de Estratégia e de Sustentabilidade, que, entre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração na identificação de temas críticos e mapeamento de boas práticas socioambientais da companhia e *benchmarks* setoriais. Essa atuação é fortalecida pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade, responsável pela execução da estratégia de sustentabilidade em curto, médio e longo prazos.

As unidades que administram as concessões possuem Comitês de Sustentabilidade próprios, que atuam no sentido de estabelecer metas e desenvolver planos de ação direcionados para a atuação responsável e sustentável.

Criado em 2014, o Instituto CCR amplifica os impactos positivos que contribuem para o desenvolvimento social das comunidades nos municípios do entorno das concessões. Com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso, PRONAS e PRONON), o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site em www.institutoccr.com.br.

4.1 Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, o Grupo CCR participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- Pacto Global (ONU)
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Carbon Disclosure Program (CDP)
- Global Reporting Initiative (GRI)
- Relato Integrado (IIRC)

Anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em www.grupoccr.com.br/ri2018.

A Companhia atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária, a Companhia desenvolve e apoia diversos projetos sociais junto a seus públicos de relacionamento ao longo dos 26 municípios limítrofes. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2018, temos:

- **Programa Caminhos para Cidadania** – O Programa Caminhos para a Cidadania visa disseminar os conceitos de educação no trânsito e de meio ambiente para os alunos do 4º e 5º anos das escolas públicas municipais, contribuindo com a formação dos futuros motoristas e cidadãos. Em 2018, o programa na Companhia atendeu 20.970 alunos e 804 professores em 24 dos municípios da região. Durante o ano foram realizadas diversas atividades como: blitz educativa, oficinas pedagógicas e ações socioambientais e culturais.

- **Estrada para a saúde** – O Programa Estrada para a Saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde e ao modo de vida dos motoristas. Esse programa é realizado por médicos e enfermeiros e oferecem diversos exames de saúde, como verificação de pressão arterial, glicemia (diabetes), colesterol total, triglicérides, avaliação visual, avaliação de peso e altura, além da distribuição de materiais educativos. Foram realizadas três campanhas com 137 usuários atendidos ao longo do ano.
- **Projeto Guri** - Com mais de 49 mil alunos distribuídos por todo o Estado de São Paulo, o Projeto Guri, oferece, desde 1995, nos períodos de contra turno escolar, cursos de iniciação e teoria musical, coral e instrumentos de cordas, madeiras, sopro e percussão, promovendo a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. Na Companhia, em 2018, o Projeto Guri foi realizado em Taquarivaí, Itatinga, Itaberá, Itaí e Capela do Alto, com 6.821 alunos atendidos, visando trabalhar os mais variados gêneros musicais, desde canções populares e músicas folclóricas até composições eruditas.
- **Campanha do Agasalho** - A iniciativa envolveu os colaboradores da Concessionária, usuários que trafegam pelas rodovias e comunidades dos municípios limieiros. Em 2018, foram arrecadadas 8.830 peças e destinadas para os Fundos Sociais de Solidariedade de 20 municípios que margeiam as rodovias sob concessão da Companhia.
- **Dia do Voluntariado** - Em 2018, colaboradores da Companhia realizaram ações em prol do Dia Nacional do Voluntariado (celebrado em 28 de agosto). Com o lema “Poucas horas do seu dia. Muito na vida de quem precisa!”, os colaboradores visitaram o projeto “Arte pela Vida”, localizado em Tatuí, que acolhe crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, com o objetivo de resgatar, através da arte, o desenvolvimento humano. Foram realizadas diversas atividades de recreação aos beneficiados do projeto. A iniciativa, realizada pelo quarto ano consecutivo, integra o programa Nosso Mundo Melhor, que engloba todas as campanhas de voluntariado do Instituto CCR.
- **Ande com Resposta** – A divulgação da campanha “Más Ideias”, que deu início à Semana Nacional do Trânsito de 2018, tem como objetivo principal materializar as ações que podem resultar em acidentes de trânsito e mostrar ao público em geral como suas decisões podem ser avaliadas antecipadamente e evitar uma ocorrência mais grave nas estradas. A iniciativa ilustra, de forma lúdica e leve, como as decisões equivocadas podem ocasionar problemas, não apenas para o condutor em questão, mas também para os demais motoristas.

Na busca da mitigação de riscos nas rodovias, a Companhia investe em campanhas de conscientização e orientação junto aos motoristas, tal como a Campanha Viagem Segura (campanhas de orientação quanto ao cinto de segurança, riscos da direção no inverno, tais como neblinas, queimadas e etc.).

Conheça mais sobre os projetos socioambientais da Companhia e das demais unidades da Companhia no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

Dentro do conceito de redução do consumo de energia elétrica, iniciamos em Outubro de 2018 e concluímos em Dezembro de 2018, o investimento necessário para substituição da iluminação convencional por iluminação LED (558 luminárias) em todas as iluminações voltadas para o viário externo (“garrafões”) das 10 praças de pedágio, gerando maior controle e economia de energia, além de campanhas de conscientização de como economizar ou utilizar de forma mais eficiente a energia elétrica no ambiente de trabalho. Ressaltamos também o investimento direcionado para aquisição e execução de Laudo Termográfico nos quadros elétricos de todas as edificações da concessionária, com intuito de identificar e corrigir possíveis falhas nas instalações, mitigando riscos de sobrecarga nos componentes e prolongando a eficiência operacional dos sistemas elétricos. Foi realizada a manutenção da auto leitura nas Bases SAU e PGF, o que resulta numa apuração real do consumo de energia. Com essas ações realizadas em 2018 foram economizados 9,36% no consumo de energia

elétrica quando comparado com o ano anterior.

No decorrer do ano, foram feitas diversas campanhas de conscientização de redução no consumo de água nas bases de trabalho, atitudes simples podem fazer toda a diferença. Foram desenvolvidas ferramentas gerenciais para o monitoramento do consumo diário dos postos de trabalho, e substituídos alguns dispositivos por outros mais eficientes, assim como a utilização de dispositivos de retenção responsáveis por diminuir o volume de água disponível ao uso, além de inspeções periódicas nos postos de trabalho a fim de identificar oportunidades de melhoria. Com essas ações realizadas no ano de 2018 foram economizados 31,34% no consumo de água quando comparado com o ano anterior.

Alinhados com os objetivos da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Companhia destinou no ano de 2018 às cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 2.082 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 38,96% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos.

A fim de preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a Companhia promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências, são exemplos destas ações.

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2018 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Treinamentos de Normas Regulamentadoras, Auditor Líder ISO 9001-2015, Programa Aprimorando - Eixo Liderança, Direção Consciente, Workshop de Gestão de Pessoas para líderes, que pretende conscientizar e desenvolver a liderança, Conscientização do sistema do governo federal e-Social. Além disso, são desenvolvidos treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

Os treinamentos buscam a disseminação da Visão, Valores e Crenças da Companhia, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

4.2 Reconhecimentos

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2018 foram:

- Rodovias administradas pela CCR SPVias foram classificadas como as melhores do país na pesquisa CNT 2018, são elas: SP-280 e SP-255 - 10º Lugar | SP-127 - Rodovia Antonio Romano Schincariol - 13º Lugar | SP-127 - Rodovia Francisco da Silva Pontes - 20º Lugar | SP-258 - 20º Lugar.
- Prêmio ARTESP 2018: CCR SPVias foi classificada em 9º Lugar.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Tatuí, 27 de março de 2019.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodovias Integradas do Oeste S.A
Tatuí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Contingências passivas

Conforme notas explicativas nº 2(i) e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2018 e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Com auxílio de nossos especialistas jurídicos, avaliamos, para os processos mais relevantes, as principais jurisprudências relacionadas às matérias em discussão, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos externos à Companhia. Efetuamos a comparação entre a probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos às principais contingências que a Companhia está envolvida.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram o valor das contingências divulgadas, os quais foram acatados pela Administração.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Fernanda A. Teßari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-6

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	97.382	9.460	Financiamentos	12	-	33.083
Aplicações financeiras	6	82.941	43.882	Debêntures	13	218.981	232.092
Contas a receber	7	39.071	37.676	Fornecedores		27.240	11.840
Contas a receber - partes relacionadas	9	3	5	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	1.435	1.604
Tributos a recuperar		760	481	Mútuos - partes relacionadas	9	116	209
Adiantamento a fornecedores		278	-	Obrigações sociais e trabalhistas		7.867	7.714
Despesas antecipadas		1.649	1.685	Imposto de renda e contribuição social		8.793	4.603
Contas a receber com operações de derivativos	20	2.134	925	Impostos e contribuições a recolher		3.074	2.769
Outros créditos		89	108	Impostos e contribuições parcelados	15	-	123.950
				ISS a recolher		3.744	3.030
Total do ativo circulante		<u>224.307</u>	<u>94.222</u>	Dividendos a pagar		26.713	-
				Obrigações com o poder concedente	21	957	930
				Provisão de manutenção	16	93.724	79.486
				Outras contas a pagar		<u>1.338</u>	<u>1.089</u>
				Total do passivo circulante		<u>393.982</u>	<u>502.399</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		147	7	Financiamentos	12	-	2.406
Contas a receber com operações de derivativos	20	43.738	39.633	Debêntures	13	1.150.157	1.077.829
Depósitos judiciais		<u>15.378</u>	<u>199</u>	Mútuos - partes relacionadas	9	64.757	35.000
				Provisão de manutenção	16	2.732	45.695
		<u>59.263</u>	<u>39.839</u>	Tributos diferido	8b	28.507	21.754
				Pis e cofins diferido		24	-
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14	<u>5.816</u>	<u>10.259</u>
Imobilizado	10	39.803	36.034	Total do passivo não circulante		<u>1.251.993</u>	<u>1.192.943</u>
Intangível	11	1.608.171	1.702.571				
Intangível em construção	11	<u>5.419</u>	<u>-</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	17a	205.225	205.225
Total do ativo não circulante		<u>1.712.656</u>	<u>1.778.444</u>	Reserva de lucros	17 (b) e (c)	5.624	-
				Dividendo adicional proposto	17d	80.139	-
				Prejuízo acumulado		<u>-</u>	<u>(27.901)</u>
						<u>290.988</u>	<u>177.324</u>
Total do ativo		<u>1.936.963</u>	<u>1.872.666</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.936.963</u>	<u>1.872.666</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	18	623.199	672.501
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(31.221)	(84.091)
Serviços		(43.662)	(37.827)
Custo da outorga		(10.478)	(10.382)
Depreciação e amortização		(131.245)	(115.232)
Custo com pessoal		(33.936)	(33.221)
Provisão de manutenção	16	(46.453)	(50.614)
Materiais, equipamentos e veículos		(12.423)	(10.267)
Outros		(6.471)	(6.687)
		<u>(315.889)</u>	<u>(348.321)</u>
Lucro bruto		<u>307.310</u>	<u>324.180</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(10.996)	(11.949)
Serviços		(22.287)	(12.877)
Materiais, equipamentos e veículos		(472)	(559)
Depreciação e amortização		(2.170)	(2.099)
Contingências jurídicas		4.443	(6.170)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(3.199)	(1.598)
Ressarcimento ao Usuário		(2.952)	(2.937)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		156	(12)
Outros		(3.833)	(297)
		<u>(41.310)</u>	<u>(38.498)</u>
Outras resultados operacionais		962	312
Resultado antes do resultado financeiro		266.962	285.994
Resultado financeiro	19	<u>(95.447)</u>	<u>(272.819)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		171.515	13.175
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(31.138)</u>	<u>(60.568)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>140.377</u>	<u>(47.393)</u>
Lucro (prejuízo) líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	17d	<u>0,6840</u>	<u>(0,2309)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	140.377	(47.393)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>140.377</u></u>	<u><u>(47.393)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	205.225	19.492	5.372	-	-	230.089
Prejuízo do período	-	-	-	-	(47.393)	(47.393)
Destinações:						
Dividendos intermediários em 26 de abril de 2017	-	-	(5.372)	-	-	(5.372)
Absorção do prejuízo	-	(19.492)	-	-	19.492	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>205.225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.901)</u>	<u>177.324</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	140.377	140.377
Destinações:						
Reserva legal	-	5.624	-	-	(5.624)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(26.713)	(26.713)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	80.139	(80.139)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>205.225</u>	<u>5.624</u>	<u>-</u>	<u>80.139</u>	<u>-</u>	<u>290.988</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
 Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	140.377	(47.393)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.753	(38.246)
Depreciação e amortização	133.415	117.331
Baixa do ativo imobilizado e intangível	402	1.494
Capitalização de custo de empréstimos	(4.855)	(11.249)
Juros e variação monetária sobre debêntures, financiamentos e derivativos	123.406	177.811
Constituição da provisão de manutenção	46.453	50.614
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	17.050	14.016
Provisão para perda esperada - contas a receber	(1)	(73)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(1.844)	7.345
Juros e variação monetária com partes relacionadas	1.839	269
Resultado de operações com derivativos (<i>fair value hedge</i>)	(10.433)	(978)
Outros impostos diferidos	24	-
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	90	-
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	259	879
	<u>312.558</u>	<u>319.213</u>
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(1.394)	(3.586)
Contas a receber - partes relacionadas	2	45
Tributos a recuperar	(419)	129
Adiantamento a fornecedores	(278)	30
Despesas antecipadas e outras	(15.124)	1.796
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	15.310	(3.386)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(267)	89
Obrigações sociais e trabalhistas	153	194
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão imposto de renda e contribuição social	(86.690)	169.416
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(32.051)	(46.425)
Obrigações com o poder concedente	27	52
Realização da provisão de manutenção	(92.228)	(11.638)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(2.858)	(2.053)
Outras contas a pagar	249	(85)
	<u>237.367</u>	<u>376.398</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(10.848)	(9.981)
Adições ao ativo intangível	(32.744)	(82.929)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(39.059)	(43.882)
	<u>(82.651)</u>	<u>(136.792)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos e debêntures		
Captações	1.098.709	-
Pagamento de principal	(1.114.895)	(155.687)
Pagamento de juros	(79.773)	(174.489)
Mútuos		
Captações	64.757	35.000
Pagamentos	(36.992)	-
Liquidação de operações com derivativos	1.400	(7.838)
Dividendos pagos a acionistas controladores	-	(5.372)
	<u>(66.794)</u>	<u>(308.386)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		
	<u>87.922</u>	<u>(68.780)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	9.460	78.240
No final do exercício	97.382	9.460
	<u>87.922</u>	<u>(68.780)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 18 de setembro de 2028, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1013617-60.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 14/06. A petição inicial da ação foi indeferida de plano, tendo sido, portanto, julgada extinta pelo juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Contra essa sentença, o Estado e a ARTESP apresentaram recurso de apelação, que foi provida pelo TJSP, em 28 de abril de 2016, para determinar o prosseguimento da ação com citação da Companhia.

A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1014593-67.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e contra a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 14/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Companhia. Em 03 de agosto de 2017, a Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 06 de setembro de 2017. Em 29 de setembro de 2017, a Companhia apresentou recurso de apelação que aguarda julgamento pelo TJSP.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019926-51.2013.8.26.0053, visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de abril de 2014, foi proferida sentença de improcedência da ação. Em 15 de setembro de 2014, a Concessionária interpôs recurso de apelação, e, em 24 de setembro de 2014, o Estado de São Paulo e a ARTESP também interpuseram recurso de apelação. Os recursos de apelação foram levados a julgamento em 07 de junho de 2016, tendo sido decretada a extinção da ação, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, prejudicando o exame dos recursos. Em 06 de outubro de 2016, foi publicado o acórdão que negou seguimento aos embargos de declaração opostos pela Companhia. As partes interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, o TJSP inadmitiu os recursos interpostos pela Concessionária. Em 22 de fevereiro de 2017, a Companhia protocolou os agravos denegatórios de recurso especial e recurso extraordinário.

Em 05 de junho de 2018, foi publicada decisão monocrática negando provimento ao agravo em curso perante o STJ. Em 26 de junho de 2018, a Companhia apresentou agravo interno, que aguarda julgamento.

ii. Reajuste Tarifário 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

Por essa razão, a Companhia, em 11 de maio de 2017, propôs ação de procedimento

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ordinário nº 1019361-31.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

A ação encontra-se em fase de instrução.

iii. Reajuste Tarifário 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026966-33.2014.8.26.0053, visando a regularidade do contrato com a aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela Companhia foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à suspensão de liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de São Paulo. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação. O recurso de apelação do Estado de São Paulo e da ARTESP foi distribuído à 8ª Câmara de Direito Público que, em julgamento ocorrido no dia 27 de abril de 2016, negou provimento ao referido recurso por unanimidade. Em 3 de julho de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP opuseram embargos de declaração que foram rejeitados em 27 de julho de 2016.

Em 30 de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, foram proferidas decisões inadmitindo os recursos, publicadas em 10 de maio de 2017. Contra essa decisão, o Estado de São Paulo apresentou agravos em recurso especial e recurso extraordinário.

Em 28 de setembro de 2018, foi proferida decisão não conhecendo do agravo em recurso especial interposto pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e as controladas, quais sejam: (i) AutoBAn - Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 e TAM nº 25/2011; (ii) ViaOeste - Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011; (iii) Companhia - Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 e TAM nº 18/2011; e (iv) Renovias - Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011.

Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, IGP-M para IPCA; e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA).

Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado, tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico, instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano.

Ante a demora da ARTESP na instauração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia, em 11 de abril de 2017, ajuizou ação de procedimento ordinário nº 1016435-77.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

A ação encontra-se em fase de instrução.

A administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receitas de contratos com clientes

A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos na letra “p” desta nota.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 está descrito na letra “p” desta nota.

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefício econômico estimado.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 11.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “o”

Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia inicialmente adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- **CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas suas Demonstrações Financeiras, em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante das receitas de construção e outras receitas operacionais, conforme em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada.

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018 era de R\$ 139.611.

- **CPC 48 – Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito a seguir, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos e Passivos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Valor contábil de acordo com o CPC 48
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	37.676	37.676
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5	5

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Impairment de ativos financeiros

Substituí o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

iii. Contabilidade de hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48 não teve impacto no momento de adoção da nova norma.

q) Novas Normas e Interpretação ainda não efetivas

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não se espera que a adoção do CPC 06 (R2) produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em debêntures.

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras normas

A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa.
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC 33).
- CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 27 de março de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota

- 2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 16 Provisão de manutenção
- 20 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber e junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 12, 13 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>
Debêntures (a)	266.655	573.888	397.876	328.009
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	1.435	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	28.578	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	4.083	26.127	39.972	4.975
Obrigações com poder concedente	957	-	-	-
Dividendos a pagar	26.713	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 169.675, substancialmente composto por debêntures e provisão de manutenção, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 16. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	5.479	9.043
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	91.903	417
	<u>97.382</u>	<u>9.460</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	82.941	43.882
	<u>82.941</u>	<u>43.882</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,47% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano (9,83% ao ano em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	39.055	37.658
Receitas acessórias (b)	21	24
	<u>39.076</u>	<u>37.682</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(5)	(6)
	<u>39.071</u>	<u>37.676</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Idade de vencimento dos títulos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos a vencer	39.067	37.651
Créditos vencidos até 60 dias	4	19
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	6
Créditos vencidos há mais de 181 dias	5	6
	<u>39.076</u>	<u>37.682</u>

- (a) Créditos a receber de pedágio eletrônico (AVI e vale pedágio), decorrentes de tarifas de pedágio que serão recebidos em um prazo médio de 30 dias;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	171.515	13.175
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(58.315)	(4.480)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos relativos ao imposto de renda	891	1.264
Despesas indedutíveis (a)	13.731	(25.746)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(326)	(287)
PERT	12.865	(31.164)
Outros ajustes tributários	16	(155)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(31.138)</u>	<u>(60.568)</u>
Impostos correntes	(24.385)	(98.814)
Impostos diferidos	(6.753)	38.246
	<u>(31.138)</u>	<u>(60.568)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>18,15%</u>	<u>459,72%</u>

- (a) O montante de R\$ 14 milhões está relacionado a reversão de multa na consolidação do PERT.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2017	Reconhecido no resultado	2018		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	740	117	857	857	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	67	(53)	14	14	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3.488	(1.511)	1.977	1.977	-
Resultado de operações com derivativos	(9.543)	(3.012)	(12.555)	-	(12.555)
Constituição da provisão de manutenção	42.561	(9.766)	32.795	32.795	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(59.078)	7.531	(51.547)	48.828	(100.375)
Provisão para Fornecedores	11	82	93	93	-
Outros	-	(141)	(141)	26	(167)
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(21.754)	(6.753)	(28.507)	84.590	(113.097)
Compensação de imposto	-	-	-	(84.590)	84.590
Imposto líquido ativo (passivo)	(21.754)	(6.753)	(28.507)	-	(28.507)

	2016	Reconhecido no resultado	2017		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	767	(27)	740	740	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	63	4	67	67	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.463	2.025	3.488	3.488	-
Resultado de operações com derivativos	(6.631)	(2.912)	(9.543)	-	(9.543)
Constituição da provisão de manutenção	24.545	18.016	42.561	42.561	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (a)	(80.271)	21.193	(59.078)	50.546	(109.624)
Provisão para Fornecedores	64	(53)	11	11	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(60.000)	38.246	(21.754)	97.413	(119.167)
Compensação de imposto	-	-	-	(97.413)	97.413
Imposto líquido ativo (passivo)	(60.000)	38.246	(21.754)	-	(21.754)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2018		
	Transações		
	Serviços prestados	Imobilizado/intangível	Despesas Financeiras
Controladora			
CCR S.A.	2.532 (a)	-	1.723 (e)
Outras partes relacionadas			
CPC	7.809 (b)	-	-
SAMM	459 (f)	-	-
RodoAnel	-	-	116 (h)
Consórcio Mobilidade Bahia	-	100 (g)	-
Rodo Avaré	-	14.703 (d)	-
Total	10.800	14.803	1.839

	2017		
	Transações		
	Serviços prestados	Imobilizado/intangível	Despesas Financeiras
Controladora			
CCR S.A.	2.389 (a)	-	269 (e)
Outras partes relacionadas			
CPC	11.484 (b)	-	-
Rodo Avaré	-	53.882 (d)	-
Total	13.873	53.882	269

	2018		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	Passivo Fornecedores e contas a pagar
	Contas a receber	Cessão onerosa	
Controladora			
CCR S.A.	3 (c)	-	198 (a)
Outras partes relacionadas			
CPC	-	-	611 (b)
SAMM	-	-	5 (f)
RodoAnel	-	64.873 (h)	-
Rodo Avaré	-	-	621 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2018	3	116	1.435
Total não circulante, 31 de dezembro de 2018	-	64.757	-
Total, 31 de dezembro de 2018	3	64.873	1.435

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2017		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	Passivo
	Contas a receber	Mutuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR S.A.	3 (c)	35.209 (e)	187 (a)
Outras partes relacionadas			
CPC	-	-	952 (b)
MSVia	-	-	2 (c)
ViaOeste	2 (c)	-	-
Rodo Avaré	-	-	463 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	<u>5</u>	<u>209</u>	<u>1.604</u>
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>35.000</u>	<u>-</u>
Total, 31 de dezembro de 2017	<u><u>5</u></u>	<u><u>35.209</u></u>	<u><u>1.604</u></u>

Despesas com profissionais chave da administração

	2018	2017
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (i)	1.045	1.634
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	818	696
Complemento de PPR pago no ano anterior pago no ano	537	451
Previdência privada	55	71
Seguro de vida	2	4
	<u>2.457</u>	<u>2.856</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2018	2017
Remuneração dos administradores (i)	944	851

Na AGO realizada em 11 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.000, a qual não inclui os encargos sociais.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR, através de sua Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a execução de trevos, obras de arte especiais e passarelas, para a duplicação de trechos da Rodovia João Mellão (SPVias), no valor total de R\$ 114.550, com vigência de 13 de junho de 2016 a 31 de janeiro de 2019. Os pagamentos relativos a este contrato ocorreram em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. Exceto pela retenção de caução, que será quitada após cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O consórcio Rodo Avaré é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A.;
- (e) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 117,49% do CDI e com vencimento original em 22 de outubro de 2018. Em 22 de agosto de 2018, ocorreu a liquidação antecipada;
- (f) Prestação de serviços de transmissão de dados;
- (g) Em 22 de janeiro de 2018, foi adquirido junto ao Consórcio Mobilidade Bahia materiais para montagem do galpão da fábrica de placas da Companhia. O consórcio é constituído pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Andrade Gutierrez Engenharia S.A.;
- (h) Refere-se à cessão de créditos de prejuízos e bases negativas do RodoAnel Oeste para a SPVias, conforme permitido pelo Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela lei nº 13.496/2017, remunerado à variação acumulada de 120,89% do CDI, com vencimento previsto em 20 de abril de 2022. Os pagamentos de juros serão trimestrais e o principal será pago anualmente a partir de 20 de abril de 2020; e
- (i) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do conselho fiscal e da administração (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária).

10. Ativo imobilizado**Movimentação do custo**

	2017		2018		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.504	-	(443)	931	2.992
Máquinas e equipamentos	22.495	-	(2.577)	1.286	21.204
Veículos	13.731	-	(1.967)	779	12.543
Instalações e edificações	609	-	-	-	609
Terrenos	126	-	-	-	126
Equipamentos operacionais	36.496	-	(3.771)	1.220	33.945
Imobilizado em andamento	6.987	11.624	-	(4.483)	14.128
	<u>82.948</u>	<u>11.624</u>	<u>(8.758)</u>	<u>(267)</u>	<u>85.547</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 776 em 2018 (R\$ 580 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 7,93% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 12,17% a.a em 2017.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Movimentação da depreciação**

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Trnsferências	Saldo final
		Móveis e utensílios	10	(1.883)	(138)	411
Máquinas e equipamentos	11	(13.654)	(1.972)	2.444	268	(12.914)
Veículos	25	(9.451)	(1.904)	1.836	9	(9.510)
Instalações e edificações	5	(508)	(29)	-	-	(537)
Equipamentos operacionais	11	(21.418)	(3.128)	3.677	68	(20.801)
		<u>(46.914)</u>	<u>(7.171)</u>	<u>8.368</u>	<u>(27)</u>	<u>(45.744)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Intangível**Movimentação do custo**

	2017		2018			
	Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	1.219.814	(139.611)	-	-	170.558	1.250.761
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.557	-	-	(56)	882	10.383
Intangível	<u>2.367.625</u>	<u>(139.611)</u>	<u>-</u>	<u>(56)</u>	<u>171.440</u>	<u>2.399.398</u>
Intangível em construção	<u>-</u>	<u>139.611</u>	<u>36.981</u>	<u>-</u>	<u>(171.173)</u>	<u>5.419</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.079 em 2018 (R\$ 3.811 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 7,93% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 12,17 % a.a. em 2017.

Movimentação da amortização

	Taxa anual de amortização %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Direito da concessão	(*)	(334.208)	(60.041)	-	-	(394.249)
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(323.673)	(64.983)	-	-	(388.656)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(7.173)	(1.220)	44	27	(8.322)
		<u>(665.054)</u>	<u>(126.244)</u>	<u>44</u>	<u>27</u>	<u>(791.227)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais (% a.a)</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
1. BNDES FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	Janeiro de 2019	-	35.489 (a)
Circulante					
Financiamentos				-	33.083
Não Circulante					
Financiamentos				-	2.406

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Garantias:

(a) Fiança bancária.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de financiamento, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde a operação está detalhada. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. O financiamento era dividido em subcréditos A e B, os quais foram liquidados em 15 de julho de 2018 (prazo final) e 20 de dezembro de 2018 (liquidação antecipada), respectivamente.

13. Debêntures

<u>Série</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Custo de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar em 2018</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
1. 4ª Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,38% a.a.	6,6684% (a)	2.265	-	Abril de 2020	240.889	234.924 (d)
2. 5ª Emissão - Série única	129,30% do CDI	0,5815% (b)	24.365	-	Maior de 2021	-	1.074.997 (d) (e)
3. 6ª Emissão - Série única	115% do CDI	0,0434% (b)	1.218	1.080	Agosto de 2022	1.128.249	- (d)
Total geral				<u>1.080</u>		<u>1.369.138</u>	<u>1.309.921</u>
Circulante						2018	2017
Debêntures						219.439	238.182
Custos de transação						(458)	(6.090)
						<u>218.981</u>	<u>232.092</u>
Não Circulante							
Debêntures						1.150.779	1.086.609
Custos de transação						(622)	(8.780)
						<u>1.150.157</u>	<u>1.077.829</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Garantias:

- (d) Aval / fiança corporativa da controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária indireta.
- (e) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2018
2020	490.838
2021	352.103
2022	307.838
	<u>1.150.779</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 15 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 82 do Ministério dos Transportes de 15 de abril de 2015, com valor nominal total de R\$ 190.000 e vencimento em 15 de abril de 2020.

As debêntures têm remuneração de IPCA + 6,38% a.a. e são garantidas por fiança da CCR.

2. Em 28 de agosto de 2018, ocorreu a liquidação antecipada desta emissão com os recursos da 6ª emissão de debêntures.
3. Em 07 de agosto de 2018, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 1.100.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos.

As debêntures são remuneradas à taxa de 115% do CDI. Na hipótese da Companhia, durante a vigência das debêntures, obter o registro de companhia aberta perante a CVM, os juros remuneratórios serão reduzidos para 113% do CDI.

O principal está sendo amortizado em 8 parcelas semestrais e consecutivas, desde 15 de fevereiro de 2019 até 15 de agosto de 2022, conforme percentual definido na escritura de emissão. Os juros serão pagos nas mesmas datas de amortização do principal.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória com condição suspensiva. A condição suspensiva entrará automaticamente em vigor nas seguintes hipóteses: (a) término do prazo de concessão, em data anterior à data de vencimento das debêntures; (b) em razão de decisão judicial exequível desfavorável à emissora proferida no âmbito de qualquer das seguintes ações: (i) Ação Declaratória nº 1013617-60.2014.8.26.0053, ajuizada pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP contra a emissora, visando a anulação do Termo Aditivo Modificativo nº 14 do Contrato de Concessão; ou (ii) Ação Declaratória nº 1014593-67.2014.8.26.0053, ajuizada

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela emissora contra o Estado de São Paulo e a ARTESP visando a declaração de validade, eficácia e existência do referido termo; ou, ainda; (c) no âmbito de qualquer outra ação judicial que seja considerada conexa em relação as ações acima mencionadas, caso em que as debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures, a qualquer momento, considerando um prêmio de 0,3% ao ano, aplicado de forma *pro-rata*, pelo prazo a decorrer da data do resgate até a data de vencimento, incidente sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2017		2018			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	6.529	1.937	(4.350)	(2.277)	46	1.885
Trabalhistas e previdenciários	156	761	(192)	(581)	36	180
Tributários	3.574	-	-	-	177	3.751
	<u>10.259</u>	<u>2.698</u>	<u>(4.542)</u>	<u>(2.858)</u>	<u>259</u>	<u>5.816</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>2018</u>		<u>2017</u>
Cíveis e administrativos	3.924		4.184
Trabalhistas e previdenciários	113		330
Tributários	<u>430.635</u>	(b) (c)	<u>315.806</u> (a)
	<u>434.672</u>		<u>320.320</u>

- (a) Em setembro de 2013, foi recebida pela Companhia notificação de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 316 milhões (Data-Base: 12/2017). Também houve intimação para que a Companhia procedesse à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais. Em sua defesa, a Companhia interpôs os recursos administrativos cabíveis perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que foram julgados favoravelmente aos seus interesses. Em 02 de abril de 2018, a Companhia foi informada do trânsito definitivo em julgado administrativo. Diante do encerramento definitivo favorável, este processo não está reportado nos saldos de 31 de dezembro de 2018.
- (b) Em 21 de novembro de 2017, a Companhia ajuizou medida cautelar nº 5003802-06.2017.4.03.6110, perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba – SP, contra a União Federal, para oferecer garantia (seguro judicial) relativamente a supostos débitos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 174.608 em 31 de dezembro de 2018 oriundos da amortização de despesas ágio nos anos-calendário 2014 a 2017, referentes à operação de aquisição do investimento na Companhia realizada entre partes independentes, com comprovação de pagamento de preço e laudo de avaliação atendendo à lei societária, seguida de incorporação reversa. A liminar foi concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 12 de janeiro de 2018, referente à aceitação da garantia bancária. Em 07 de março de 2018, a Companhia ajuizou ação pleiteando a anulação dos referidos débitos tributários, bem como a declaração do direito à amortização fiscal das referidas despesas para os anos-calendários futuros. A União contestou a ação, sendo que a Companhia, em sequência apresentou a sua réplica e aguarda-se julgamento. Desde 2018, a Companhia vem procedendo com os depósitos judiciais referentes à parcela controversa, cujo total em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 14.692.
- (c) Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia foi notificada da lavratura de auto de infração por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, oriundas de (i) amortização de ágio, (ii) despesas financeiras incorridas com a emissão de debêntures, e (iii) multas isoladas relativas às diferenças no cálculo das estimativas mensais. Em 16 de janeiro de 2018, a Companhia apresentou a impugnação, na qual informou que os débitos referentes à amortização do ágio foram incluídos no PERT (Lei nº 13.496/2017) (vide nota explicativa nº 15), tendo contestado a parcela referente à glosa das despesas financeiras e multas isoladas. Em 12 de novembro de 2018, a Concessionária foi notificada da decisão de 1ª Instância administrativa, a qual deu parcial provimento à impugnação da Companhia para redução do débito em discussão de R\$ 256.027 para R\$ 151.545. Referida redução está sujeita ao recurso de ofício a ser apreciado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). Por sua vez, a Companhia também recorreu ao CARF defendendo a dedutibilidade das despesas glosadas pela fiscalização. Aguarda-se a apreciação dos recursos de ofício e voluntário.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***15. Impostos parcelados**

	2017		2018	
	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Saldo final</u>
PERT	123.950	(59.193)	(64.757)	-
	<u>123.950</u>	<u>(59.193)</u>	<u>(64.757)</u>	<u>-</u>

Em 10 de Novembro de 2017, a Companhia aderiu ao PERT, incluindo neste programa as diferenças de IRPJ e de CSLL relativas à amortização de ágio nos anos calendário 2012 e 2013. Tais diferenças decorreram da não adição à base de cálculo, das despesas incorridas no valor estimado de R\$ 147.561, sem descontos ou reduções, dado que até a data da autuação não havia clareza sobre o total do débito. O débito foi posteriormente formalizado por meio de autuação fiscal, com o acréscimo de juros e multas. No ano-calendário 2017, foram efetivados desembolsos dentro do PERT no valor total de R\$ 23.611. O saldo foi liquidado em 20 de dezembro de 2018, mediante a utilização de créditos de prejuízos fiscais de partes relacionadas. Considerando os critérios de cálculo e descontos aplicados pela autoridade fazendária quando da prestação das informações para fins de consolidação, o débito total consolidado em dezembro de 2018 foi de R\$ 88.367, resultando em reversão no valor de R\$ 59.193 sobre a provisão anteriormente efetuada.

16. Provisão de manutenção

	2017		2018			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição / Reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	79.486	83.375	23.091	(92.228)	-	93.724
Não circulante	45.695	(36.922)	(6.041)	-	-	2.732
	<u>125.181</u>	<u>46.453</u>	<u>17.050</u>	<u>(92.228)</u>	<u>-</u>	<u>96.456</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,54%, respectivamente.

17. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Constituída em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme proposta da Administração e deliberado em AGO.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d. Dividendos

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 80.139, a serem aprovados na AGO de 2019.

e. Lucro básico e diluído

A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido	140.377	(47.393)
De nominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>205.225</u>	<u>205.225</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído	<u>0,6840</u>	<u>(0,2309)</u>

18. Receitas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas de pedágio	646.599	641.447
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	31.221	84.091
Receitas acessórias	3.007	2.852
Outras receitas	269	227
Receita bruta	<u>681.096</u>	<u>728.617</u>
Impostos sobre receitas	(56.143)	(55.815)
Devoluções e abatimentos	<u>(1.754)</u>	<u>(301)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(57.897)</u>	<u>(56.116)</u>
Receita líquida	<u>623.199</u>	<u>672.501</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***19. Resultado financeiro**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(114.900)	(171.124)
Variações monetárias sobre debêntures	(10.724)	(7.748)
Juros e Variações Monetárias com partes relacionadas	(1.839)	(269)
Perda com operações de derivativos	(11.386)	(7.680)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(17.050)	(14.016)
Capitalização de custos dos empréstimos	4.855	11.249
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value hedge</i>)	(5.777)	(12.883)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(161)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras (a)	24.771	(100.519)
	<u>(132.211)</u>	<u>(302.990)</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.218	1.061
Ganho com operações de derivativos	18.100	18.634
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value hedge</i>)	9.496	2.907
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.344	7.448
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	71	-
Juros e outras receitas financeiras	535	121
	<u>36.764</u>	<u>30.171</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(95.447)</u>	<u>(272.819)</u>

(a) Parte substancial da variação no exercício deve-se à adesão ao PERT.

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos vincendos nos próximos 24 meses, de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A., possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2018			2017		
	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	5.479	-	-	9.043	-	-
Aplicações financeiras	174.844	-	-	44.299	-	-
Contas a receber	-	39.071	-	-	37.676	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3	-	-	5	-
Contas a receber - operações de derivativos	45.872	-	-	40.558	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(240.889)	-	(1.128.249)	(234.924)	-	(1.074.997)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-	(35.489)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.435)	-	-	(1.604)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(28.578)	-	-	(12.929)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(64.873)	-	-	(35.209)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(26.713)	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(957)	-	-	(930)
	<u>(14.694)</u>	<u>39.074</u>	<u>(1.250.805)</u>	<u>(141.024)</u>	<u>37.681</u>	<u>(1.161.158)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundo de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que corresponde ao seu valor justo.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores, outras contas a pagar – partes relacionadas e mútuos – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 231.787 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 223.236 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhado a seguir:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA + 6,38% a.a.	101% do CDI	231.787

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (a) (b)	1.129.329	1.153.231	1.088.734	1.141.099

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras e conta reserva	174.844	44.299
Derivativos a receber (a pagar)	45.872	40.558
Debêntures	(240.889)	(234.924)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Instrumentos financeiros derivativos**

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado		
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/(recebidos)		Ganho/(Perda) em resultado		
				2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (1)	IPCA + 6,38% a.a.	192.356	192.356	240.888	236.057	1.400	(7.838)	45.872	40.558	6.714	10.954
Posição passiva				101,00% do CDI	-	-	(195.016)	(195.499)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE										2.134	925			
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE										43.738	39.633			
TOTAL DAS OPERAÇÕES					192.356	192.356	45.872	40.558	1.400	(7.838)	45.872	40.558	6.714	10.954

(1) O contrato possui vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Riscos de juros	6.714	10.954

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Análise de sensibilidade**

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 6ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2022	1.129.329	(83.508)	(104.386)	(125.263)
Debêntures - 4ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Abril de 2020	231.787	(24.034)	(26.346)	(28.657)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Abril de 2020	(231.787)	24.034	26.346	28.657
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Abril de 2020	194.859	(12.599)	(15.749)	(18.899)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾⁽⁸⁾	CDI ⁽²⁾		174.844	11.058	13.821	16.584
Efeito líquido				(85.049)	(106.314)	(127.578)

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	6,40%	8,00%	9,60%
IPC-A ⁽³⁾	3,75%	4,69%	5,63%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pelo BNDES;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e IPCA de 6 meses);
- (7) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (8) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Compromissos vinculados a contrato de concessão**a. Compromisso com o Poder Concedente – outorga variável**

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia do mês subsequente, alíquota de 1,5% sobre a receita de pedágio e de 23,5% sobre as receitas acessórias, conforme autorizado pelo Poder Concedente. O compromisso em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 955 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do exercício de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 10.451 referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.330 no exercício de 2017).

b. Compromissos relativos às concessões

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária

Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2018 esses compromissos estavam estimados em R\$ 145.722 (R\$ 244.456 em 31 de dezembro de 2017).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração do fluxo de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2018
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(158)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(158)
Adições ao ativo intangível	158
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	158

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***c. Reconciliação das atividades de financiamento**

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Operações com derivados	Total
Saldo Inicial	(35.489)	(1.309.921)	(35.209)	-	40.558	(1.340.061)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(1.098.709)	(64.757)	-	-	(1.163.466)
Pagamentos de principal e juros	36.569	1.158.099	36.992	-	-	1.231.660
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	(1.400)	(1.400)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	36.569	59.390	(27.765)	-	(1.400)	66.794
Outras variações						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(1.080)	(122.326)	(1.839)	-	-	(125.245)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	-	3.719	-	-	6.714	10.433
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(60)	(26.713)	-	(26.773)
Total das outras variações	(1.080)	(118.607)	(1.899)	(26.713)	6.714	(141.585)
Saldo Final	-	(1.369.138)	(64.873)	(26.713)	45.872	(1.414.852)

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo de Toledo
Arthur Piotto Filho
Paulo Yukio Fukuzaki

Presidente do Conselho
Conselheiro
Conselheiro

Composição da Diretoria

Jose Salim Kallab Fraiha
Fábio Russo Corrêa

Diretor Presidente
Diretor de Operação

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3